

CAIAMAR, SP, 11 DE MAIO DE 2001

*Meu caro Governador e amigo Geraldo Alckmin; Dona Maria Lúcia Alckmin; Senhores Ministros aqui presentes; Doutor Luís Seabra, que é o Presidente Fundador da Natura; Guilherme Leal; Pedro Luís Passos; Parlamentares, tão numerosos – permitam-me saudar Dona Lila Covas e, mencionando a minha querida amiga Lila, me refiro a todos aqui presentes, que vieram se juntar nesta manhã de alegria a essa nova etapa da Natura.*

Eu queria lhes dizer, muito brevemente, Senhores dirigentes, Senhores funcionários, Senhores trabalhadores da Natura, que a minha presença aqui tem duplo caráter. Um é o mais simples: sou consumidor. O outro é um pouco mais complicado: sou Presidente da República.

Achei, além da satisfação de estar presente na renovação de uma indústria desse significado, que era também importante, simbolicamente, que o Presidente viesse à inauguração da nova etapa de uma atividade empresarial que tem significado muito particular.

Primeiro, porque emprega muita gente. Isso já foi dito aqui. Os colaboradores são 260 mil, fora os diretos, naturalmente. Segundo, porque

está inserida numa visão nova, moderna e tem responsabilidade social. E lida com uma dimensão, que é muito sensível no mundo de hoje, e para a qual o Brasil está altamente preparado, que é de tomar partido, tirar proveito da nossa biodiversidade, respeitando a Natureza, mas tirando dela aquilo que, legitimamente, é necessário para o bem-estar dos seres humanos, que são parte dessa Natureza.

Depois, porque é um empreendimento nacional. É um empreendimento surgido das forças brasileiras, num momento de grandes transformações, de globalização. Não podemos nos esquecer, nunca, de que um país como o nosso depende fundamentalmente da existência de um setor muito ativo e que tenha raízes aqui. É moderno e se lança à aventura da economia global, mas tem raízes aqui neste país.

E ainda, porque, se hoje foi possível dar esse passo, ele foi dado porque houve muito empenho na nova lei de informática. Ao mencionar a nova lei de informática, rendo aqui as devidas homenagens àqueles que por ela trabalharam, como o Ministro Alcides Tápias, lá em Brasília, como os Parlamentares de São Paulo e de outros estados lá em Brasília, mas muito especialmente ao meu saudoso amigo Mário Covas que, sempre que pôde, mencionou a importância de dispormos de uma legislação que permitisse um desenvolvimento efetivo em todo o País, sem, naturalmente, deixar de considerar necessário o equilíbrio regional e que, por isso, não tolhesse as possibilidades de outras áreas do Brasil.

Então, de alguma maneira, esse empreendimento é fruto de um trabalho que é coletivo. Achei, portanto, que era necessário também que o Presidente da República viesse aqui para se somar e, talvez, até participar, de maneira indireta, desse espírito que vi aqui, nesta manhã, que é um espírito de comunidade, é um espírito de pessoas que têm sentimento, que é um sentimento necessário nesse mundo globalizado, que é o de reviver a relação face a face, o estabelecimento de novas formas de sociabilidade, de não pensar o mundo apenas em termos abstratos, como o mercado. Mas pensar que o mundo é, sobretudo, ser humano que se associa. É, portanto, basicamente, sociedade. E essa sociedade assume múltiplas formas, uma das quais é a empresa, mas a empresa não pode estar desvinculada do conjunto das outras formas de sociabilidade.

Queria também lhes dizer que compartilho do que foi aqui mencionado, a respeito deste momento do Brasil. Momento de mudança, momento de transformação. Isto aqui é um exemplo vivo dessa transformação. Momento de um Brasil que não se conforma mais com o que tantas vezes foi aqui repetido, com a exclusão. Mas também momento de um Brasil que sabe que a luta contra a exclusão não pode ser retórica, tem que ser palmilhada por um caminho de seriedade. E essa seriedade implica, desde logo, a criação das condições necessárias para que possa haver uma inclusão social.

O Governador Geraldo Alckmin mencionou que lá em Brasília, como aqui em São Paulo, o esforço primordial foi o de nós restabelecermos as condições para que houvesse um horizonte na nossa economia. E essa condição requeria, como requer, medidas, às vezes duras, para fazermos um ajuste fiscal, o que o Mário Covas fez em São Paulo e o que nós estamos tentando em todo o Brasil, suscitando o apoio de todos os segmentos da população para a compreensão de que, no mundo de hoje, ou o dirigente é responsável fiscalmente ou é demagogo e vai produzir efeitos, digamos, especiais, efeitos de factóide, mas não constrói as bases para o crescimento do País.

Para minha alegria, a sociedade brasileira entendeu isso. É difícil mesmo explicar como foi possível aprovar uma lei, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que reorganiza as finanças públicas dos vários níveis, e ter a aprovação maciça do Congresso e, em seguida, da sociedade que hoje cobra o exercício dessa lei. Ou seja, nós vivemos outro momento, um momento em que a retórica demagógica e a irresponsabilidade não vão mais ter o apoio da sociedade.

Essa transformação pela qual o Brasil está passando se manifesta em muitos aspectos, até mesmo na diminuição da exclusão. O último dado foi publicado ontem, do IBGE, e mostra isto com clareza, quando vai se verificar, por exemplo, que 44% das habitações que eram consideradas numa categoria mais baixa de inaceitabilidade melhoraram de categoria nesses últimos cinco anos. É um dado simples, mas que mostra um avanço concreto da condição de vida da sociedade, da condição de vida do País. Essas transformações têm essa importância, digamos, até mate-

rial. Houve um desempenho da nossa economia. O setor industrial cresceu no primeiro trimestre 6,9%, quase 7%. Se isso é verdade, a transformação mais importante é outra: é das mentes e corações, como aqui foi dito. As cabeças estão mudando, os corações também. Estamos todos – friso todos – mais sensíveis e menos pacientes com a desigualdade, com a corrupção, com o desleixo, com a falta de seriedade e de responsabilidade.

Essa é a mudança mais importante do Brasil. Essa mudança é cultural. Ela não se mede por indicadores imediatos. Ela vai medir-se ao longo do tempo por uma nova fórmula de viver em sociedade que nós estamos construindo. Essa nova fórmula de viver em sociedade requer mobilização social mais ativa. Requer a presença – aqui já foi mencionado – de organizações não-governamentais como parte do processo decisório. Parte que não pode ser, como nenhuma das outras partes, imperativa; tem que aprender a ouvir também, tem que aprender a reconhecer também. Mas isso vale para o Estado e para o mercado, que também têm que aprender a ouvir um ao outro. Normalmente, a conversa entre o mercado e o Estado é uma conversa de surdos. O que um fala, o outro não entende. E é preciso que haja mais mediação, mais explicação para que possamos ter, realmente, um diálogo ao qual se incorporem a sociedade, o mercado e o Estado. É esse o espírito que depreendi das palavras que aqui foram ditas.

E mais. Aqui se usou uma palavra, uma expressão que, quando era Senador, usei uma vez. Quando no Brasil ainda não se havia registrado, com maior clareza, que nós estávamos diante de um desafio novo, que era o da globalização, e quando no meio político havia muita resistência a outra idéia que não fosse de um Brasil fechado, autárquico, que utilizasse as políticas em substituição de importações, eu, no Senado, fiz um discurso em que usei a expressão que aqui foi dita: nós temos que nos preparar para a inserção soberana na economia global. Vocês não imaginam a reação que houve. Tive que ir à Universidade de Brasília para explicar a um grupo de professores que não estava traindo a Pátria. Hoje, pede-se a inserção soberana. Mas é sempre assim. Os que vêem um pouquinho mais longe, geralmente não são compreendidos

pelos os que ainda não viram. Depois, as pessoas passam a ver e se esquecem de que alguém viu mais longe e pensam que é normal. Aqui se está vendo mais longe. Aqui se está vendo que nós precisamos de uma inserção soberana no mercado internacional.

A resposta ao desafio que enfrentamos, hoje, não pode ser a do avestruz, de fingir que não existem competidores, formas de relacionamento que vão além das fronteiras nacionais. Não! Tem de ser a de, reconhecendo isso, prepararmo-nos para ter voz neste processo de reorganização do mundo e na tomada de decisão, que não se limitam às fronteiras nacionais. Fácil falar, difícilimo fazer.

Tive a satisfação de, recentemente, no Canadá, e alguns que aqui estão lá estavam, de dizer diante dos líderes deste hemisfério as coisas que penso, as coisas que nós pensamos, com tranqüilidade, sem afronta, mas com firmeza. Tenho a consciência tranqüila de que é o que nós estamos fazendo: não temer a abertura, não temer a negociação internacional, não pensar que o Brasil pode ser visto pelo retrovisor. Pensar mais longe, preparar o caminho, sem arrogância, mas com consciência histórica e com a responsabilidade de sermos um país que hoje, com 170 milhões de pessoas, dispõe, já, de uma capacidade produtiva, de uma capacidade decisória, de uma capacidade de pensamento, de Universidade, de Igreja, de imprensa, de empresários, de sindicatos. Dispõe já de tudo isso e pode, portanto, enfrentar os desafios do mundo com maior autoconfiança, com maior auto-estima.

E essa auto-estima é, realmente, como aqui, fundamental no Brasil. Não é diferente dirigir um país, de dirigir uma organização social, qualquer que ela seja. Talvez o tamanho seja maior, mas as virtudes necessárias são as mesmas, as capacidades necessárias são as mesmas, a competência necessária, mais ou menos a mesma, mas, sobretudo, o espírito necessário é o mesmo, de compreensão, de diálogo, de tolerância, mas de rumo e de firmeza no rumo.

Tenho confiança de que esse Brasil que se está delineando é um Brasil melhor. E esta empresa reflete esse Brasil melhor. Tenho confiança de que, sejam quais venham a ser as dificuldades – elétricas que sejam – nós teremos a competência para fazer face a elas. Desde que nós

não transformemos cada sinal negativo numa catástrofe. E nos imobilizemos diante dele. Não! Reconheçamos as dificuldades e tratemos de vencê-las.

Se eu não pensasse assim, quando fui Ministro da Fazenda, não teria nem sido, porque era mais cômodo continuar Chanceler do que enfrentar a inflação. Enfrentei. Quando houve a reeleição, era mais cômodo sair nos meus primeiros quatro anos, talvez com mais glória, mas deixando as coisas, que eu sabia difíceis, pela metade. E havia um desafio, que era o do desemprego. Temi muito um *slogan* que lá puseram: “Quem derrubou a inflação, vai derrubar o desemprego”. Com a ajuda de todos, o desemprego está sendo derrubado. Oxalá possamos continuar a derrubá-lo, para que eu não possa, depois, me arrepender de ter deixado usar esse *slogan*. Mas não fugi ao desafio.

Não vou fugir a nenhum outro desafio. Nem os elétricos, nem o daqueles que transformam, retoricamente, a ética numa palavra política. Ética, para mim, é uma forma de conduta e foi de toda a minha vida. Vai continuar sendo, e não vai se desfazer no palanque eleitoral, formado por irresponsáveis que utilizam qualquer dificuldade para enganar o povo, e fazer de conta que estão apurando o que já foi apurado, ou que há muito mais a apurar e há gente encobrendo o que se deva apurar. Não será por aí.

Com essas palavras, que me permitiram ter avançado além da mera festividade – mas eu me senti motivado pelo que ouvi aqui –, com essas palavras quero dizer que essa empresa se incorpora à visão desse novo Brasil. Ela é um exemplo para todos nós. E possa eu ter o mesmo espírito dos seus fundadores, dos seus diretores, dos seus trabalhadores. Que nós possamos fazer, no Brasil todo, aquilo que aqui tem sido feito com tanto empenho. Que tenham muita sorte!

Eu deixo essas palavras de reconhecimento, do consumidor e do Presidente.

Muito obrigado.